



Ecoturismo e monitoramento de unidade de conservação: possibilidade de geração de renda e proteção ambiental no PETeR (GO), Brasil

Ecotourism and conservation unit monitoring: income generation and biodiversity protection strategy in PETeR (GO), Brazil

Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Junior*  , Juliana Ramalho Barros  

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Samambaia, Goiânia, GO, Brasil.

E-mail: juliana@ufg.br (JRB).

*E-mail para correspondência: prf.geo@hotmail.com

Recebido (Received): 10/02/2022

Aceito (Accepted): 17/04/2023

Resumo: A Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é foco de um debate em diversos campos sobre sua efetividade. As UCs se dividem em dois grupos: Proteção Integral (PI) e Uso Sustentável (US), sendo que o ponto mais significativo a diferenciá-las é a restrição em sua utilização. Entre as utilizações possíveis está o turismo, mais especificamente o ecoturismo. Esse segmento tem como alicerces a conservação ambiental, a geração de renda e a educação ambiental, o que coaduna com as orientações do SNUC. O objetivo deste trabalho é compreender a importância do ecoturismo nas Unidades de Conservação para a prática conservacionista da biodiversidade, assim como gerar receitas ao mesmo tempo. Ademais, apresenta as UCs como ferramentas de contenção do avanço da fronteira agrícola em áreas ainda não degradadas pela ação antrópica. Foi possível verificar, por meio do recorte espacial, Parque Estadual Terra Ronca (PETeR-GO), que este contribui para a conservação de espécies. O PETeR está localizado em uma área de tensão agrícola, na região Nordeste do Estado de Goiás, onde talvez o único empecilho de expansão seja o Parque. No que tange aos aspectos econômicos, não foi possível apresentar dados devido à falta de monitoramento, contudo, para tal reflexão foram utilizados trabalhos sobre as UCs federais que possuem monitoramento e, assim, foi possível estimar os ganhos com a visitação. Em vista do que se pensa sobre a prática ecoturista, bem como os objetivos das UCs, pode-se falar que há possibilidades concretas para a geração de renda e, também, para a conservação ambiental.

Palavras-chave: Geração de renda; Biodiversidade; Proteção ambiental; Receita.

Abstract: The federal law nº 9.985/2000 that established conservation units (UC) divide into two groups the UC: Integral Protection (IP) and Sustainable Use (US), the most significant point that differs them is the restriction in their use. Among the possible ones is tourism, more necessarily ecotourism. This segment has environmental conservation, income generation and environmental education licenses, which are in line with SNUC guidelines. The objective of this work is to understand the importance of ecotourism in Conservation Units for the conservationist practice of biodiversity, as well as generating at the same time. In addition, it presents the UCs as tools to contain the advance of the agricultural frontier in areas not yet degraded by human action. It was possible to verify, through the spatial possible, the Terra Ronca State Park (PETeR-GO), that this cut contributes to the conservation of the species. PETe is located in an agricultural strain, where the Park may be the only obstacle to expansion. Regarding the convenient aspects, it was not possible to present convenient data due to the lack of monitoring, however, for such reflection, the need for monitoring and, thus, the gains with the visitation were presented. In view of what is thought about the ecotourism practice, as well as the objectives of the UCs, it can be said that there are concrete possibilities for income generation and also for environmental conservation.

Keywords: Income generation; Environmental protection; Revenue.

1. Introdução

O turismo é um dos fenômenos socioeconômicos que mais cresce no mundo contemporâneo, como aponta Beni (2001), e envolve diversos setores da sociedade humana, bem como utiliza-se de diversos

elementos para transformá-los em produtos. A história do turismo, de acordo com Trigo (1998), Fridgen (1990), Seabra (2001), Dias e Aguiar (2002), Barreto (2003) e outros, pode ser analisada concomitantemente ao desenvolvimento da Revolução Industrial, no qual se pode citar a evolução dos meios de comunicação, dos transportes, da hospedagem e de infraestrutura. A partir da transformação da relação de trabalho, esse período constituiu-se terreno fértil para o surgimento da classe média, que, por conseguinte, repercutiu na forma de usufruir do tempo livre, como aponta Barreto (2003, p. 52):

As pessoas deixaram de trabalhar na terra e passaram a fazê-lo nas indústrias de manufatura, depois nos transportes, especialmente na ferrovia e, finalmente, no setor terciário ligado à navegação. Apareceu uma classe média que passou a ter cada vez melhores salários, podendo pagar por entretenimentos.

A partir desse momento, pode-se atribuir o nascimento do turismo moderno, alicerçado nas transformações da relação de trabalho, nos investimentos na infraestrutura e principalmente na mobilidade das pessoas. Foi nesse período, também, que Fridgen (1990, p. 14) afirma: “[...] the economies of nations shiftes from rural agricultores to urban-based industry”. A sociedade urbana, estruturada, construída nos moldes capitalistas, vê um crescimento acelerado e, com isso, surgem também problemas atribuídos à era industrial. [O] “consumo é uma das mais importantes vertentes do sistema capitalista, constituindo-se na satisfação das necessidades do consumidor. No entanto, com a evolução do capitalismo, busca-se, antes de mais nada o lucro” (BARBOSA, 2001, p. 28).

Nesse sentido, o turismo começa a se segmentar cada vez mais para atender a uma demanda, espontânea ou criada de forma a conseguir atender diversos nichos, dentre eles o turismo de natureza, turismo de evento, turismo de recreação, turismo rural, turismo cultural, ecoturismo, entre outros, como aponta Beni (2001). Com a criação de inúmeros segmentos do turismo, também pode-se afirmar que os campos de conhecimentos que se debruçam a estudar o turismo se alargaram.

O consumo desses espaços produzidos pela atividade turística, voltados para atender determinados núcleos, promete oferecer o paraíso com o alcance da felicidade, como mostra Aoun (2003), mas, muitas vezes, trata-se de uma “[...] felicidade consumida jamais alcançada” (PORTUGUEZ 2001, p.19). Esses sentimentos são criados e personalizados para o turista, mesmo para aquele turismo de massa, onde a homogeneidade é característica principal. Vale ressaltar que a ilusão de um consumo alternativo, sustentável, também é questionável à medida que a sociedade a espetaculariza ainda mais, sendo “[...] o espetáculo não [...] um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). Isso se torna um “[...] espetáculo permanente da celebração do objeto na publicidade e as centenas de mensagens diárias emitidas pelos *mass media*” (BAUDRILLARD, 2018, p. 13).

A economia globalizada, mediada pelos fluxos financeiros e pela maximização dos lucros, atinge igualmente o turismo, que, por sua vez, também segue o mesmo padrão de rompimento jurídico-institucional quando se trata dos países periféricos, principalmente quando se refere ao ecoturismo, baseado na exploração dos elementos naturais. Seabra (2001, p. 23) aponta o planejamento deficiente na utilização das unidades de conservação, impulsionado pelo oportunismo “[...] mercadológico, a atividade deixa de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais”, o que compromete e rompe com as bases ecoturistas.

Mesmo não havendo um consenso acerca do Ecoturismo, pensamentos convergem quanto à sua prática, como apontam Rodrigues (2003), Neil e Wearing (2001), Seabra (2001) e Pires (2002). Esses autores veem nesse segmento uma atividade capitalista que tem como objetivos o baixo impacto ambiental, a promoção da conservação ambiental e cultural e, ainda, a geração de renda para a população humana local.

Nesse sentido, objetiva-se, com este trabalho, trazer à luz a importância do monitoramento das Unidades de Conservação e a utilização destas pelo ecoturismo como alternativa para a geração de renda, bem como a conservação ambiental, assim como apontar sua efetiva relevância para conter os avanços da monocultura, conforme aponta imagem de satélite da região, que evidencia o uso e a ocupação do solo pelas monoculturas. Para tal, utiliza-se o Parque Estadual Terra Ronca (GO), a fim de materializar os pensamentos acerca do tema deste trabalho.

2. Ecoturismo e Unidade de Conservação: estratégias de proteção e geração de renda

Devido ao crescimento dos espaços urbanos e a tudo que está relacionado a eles, a procura pelo turismo de natureza tem crescido, como se a natureza, a segunda natureza (SOUZA, 2019), fosse capaz de amenizar a pressão alta, a depressão, os problemas cardiovasculares (SAÚDE, 2021), provocados pela vida moderna nas grandes cidades, sendo a natureza um tipo de *drugstore*, utilizando a alegoria de Baudrillard (2018). Em

2018, dos turistas que visitaram o Brasil a lazer, “[...] 16% procuraram pelo ecoturismo, ficando atrás apenas do de sol e praia”, de acordo com o Diretor Osvaldo Matos de Melo Júnior (*apud* MARTINS, 2019). Em 2019, o Setor do Turismo no Brasil teve faturamento recorde de R\$ 136,7 bilhões, como aponta Brasil (2019), e também “[...] gerou mais de 25 mil vagas de emprego”.

O crescimento das atividades turísticas deve ser comemorado, visto que o valor gerado por essa atividade é importante para a economia em suas diversas escalas. O esforço muitas vezes realizado no que se refere à imagem brasileira se torna, contudo, incompatível e insuficiente para que o Brasil se torne e se consolide como um dos principais destinos no mundo em muitos segmentos do turismo, de modo a, assim, aumentar os valores gerados a partir do turismo. Sá (2002, p.51) afirma que:

[A] imagem, no marketing, pode ser comparada à ponta de um iceberg: na maioria das vezes, toma-se a parte visível pelo todo. Isso ocorre em todos os setores e no caso do marketing de lugares, as pessoas têm a tendência a associá-lo somente com a estratégia de promoção da imagem, acreditando que, porque uma viagem é intangível, o cliente irá optar por um lugar exclusivamente pela ideia que tem dele. No entanto, o marketing é muito mais amplo do que essa pequena ponta visível e, mais do que solução milagrosa dos problemas a curto prazo.

Para ir além das questões imagéticas na atividade turística brasileira e, assim, fazer com que se concretize o potencial que o Brasil possui, é necessário diversificar os esforços para aproveitar o segmento do turismo ligado à natureza para a promoção de uma atividade rentável e, ao mesmo tempo, promover a conservação ambiental e cultural, visto que o globalitarismo acaba por padronizar os destinos turísticos e asfixiar produtos turísticos ainda não lançados. Para além da homogeneização dos padrões de consumo, que, por conseguinte, encontram no turismo de massa (BARRETO, 2001; KRIPPENDORF, 2001) condições para a produção de não lugares (BARBOSA, 2001), deve-se procurar desenvolver justamente segmentos de baixo impacto ambiental.

Nesse contexto, segundo Brasil (2010), o Ecoturismo,

[...] é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Importante lembrar que o termo Ecoturismo “[...] apareceu, pela primeira vez, em 1984 e foi conceituado, tal como o conhecemos hoje, por Ceballos-Lascurain, em um documento intitulado “O futuro do Ecoturismo” (CARVALHO, 2015, p. 5). Há uma evolução no conceito apresentado por Ceballos-Lascurain, pois, como afirma Lencioni (2008, p. 111), “[...] o conceito existe em movimento, o conceito se modifica e se altera e se renova”. Contudo, o centro nevrálgico nesse caso não se alterou e a busca pela conservação do ambiente ainda prevalece. Ademais, conforme Lencioni (2008, p. 111), “[O] conceito tem movimento e, por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique”.

Entretanto, há de se ter uma visão crítica e reflexiva a respeito das mudanças conceituais, pois estas podem, muitas vezes estarem imbuídas de visões que vão de encontro aos preceitos, nesse caso ecoturísticos (SOUZA, 2019), a fim de satisfazer os discursos que favorecem e fortalecem o capital. Os mais diversos debates entre as formas de utilizar os elementos naturais como recursos, ou, ainda, como entendê-los (LOURENÇO, 2019), e valorá-los é algo que não deve estar à mercê do discurso capitalista travestido de discurso ambiental. Além disso, atribuir o mesmo valor-de-uso e valor-de-troca (MARX, 2002) em relação a outros produtos, como, por exemplo, a soja, em países periféricos, que muitas vezes foram conduzidos a serem celeiro de *commodities*, não se mostra honesto.

O ecoturismo, alicerçado no turismo sustentável (SWARBROOKE, 2000; KRIPPENDORF, 2001), também é pensado em um termo impreciso, desenvolvimento sustentável, definido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades”. Mais interessante seria acrescentar as ideias de Sachs (2004), que norteia a ideia de desenvolvimento sustentável aos conceitos de igualdade, equidade e solidariedade. No Artigo 255 da Constituição Federal do Brasil (1988), a proteção dos elementos naturais é de natureza estatal e compartilhada com a sociedade civil, onde “[T]odos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial

à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Nota-se que a ideia de sustentabilidade está sempre atrelada ao uso equilibrado do ambiente, com o intuito de usufruí-lo e de modo a conservá-lo para as presentes e futuras gerações. Contudo, o apregoado pela IUCN e/ou pela Constituição Federal do Brasil (1988), ao conceituar desenvolvimento sustentável, deixa em aberto muitas questões, tais como: Quais necessidades do presente? Qual uso comum realizado pelo povo? Quais gerações? Por mais que se tente reafirmar, com uma narrativa de proteção ambiental nacional e global, o uso e a ocupação do espaço geográfico se dão de formas diferentes, como, por exemplo, a exploração da atividade de monoculturas e a agricultura de subsistência, visto que ambas atendem às suas necessidades de formas diferentes, impactando e comprometendo as gerações futuras de maneiras distintas.

O uso comum do povo e a manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado não são tarefas fáceis, visto o esforço de se tentar frear o avanço da degradação ambiental provocada pelas monoculturas, mineradoras e ampliação de pastos, que visam a maximização dos lucros independente dos impactos e efeitos negativos ao meio ambiente. Esses avanços mencionados muitas vezes provocam uma tensão entre a população local, os governos e o capital (SOUZA, 2019). A monocultura, principalmente a da soja, destruiu “[...] mais de 30% do cerrado brasileiro entre 2004 e 2017” (RFI, 2021). Por meio do documento Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e sua contribuição à produção de grãos e proteína animal” (POLOCENTRO) pode-se ver que o Cerrado “[...] tem sido descrito como grande alternativa de expansão da fronteira agrícola”, conforme aponta Wagner (1982, p. 13), enxergando-se o Cerrado simplesmente de forma mercadológica, uma vez “que não se estabelecesse nos Cerrados modelos fixos, mas sim, tendentes a acompanhar as flutuações de mercados nacionais e internacionais” (WAGNER, 1982, p. 16). Ou seja, o modelo pensado para o Cerrado, inicialmente, não foi ambiental, e sim pensado sobre a égide do capital, visão esta que se estende até a data presente.

A produção de grãos no Cerrado corresponde a 60% da produção agrícola do País (PAULA, 2013), assim,

Durante muito tempo, a maior extensão para cultivo de soja estava no Rio Grande do Sul e no Paraná. Mas, nos anos 2001/02, o cenário mudou. Naquela safra, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás responderam por praticamente a totalidade dos quase 7 milhões de área plantada na região, ao passo que o Sul cultivou 6,8 milhões de hectares [...].

Os dados apresentados pela autora acima citada só vieram ratificar que os planos, principalmente o Polocentro, que impulsionaram as transformações territoriais do cerrado, deram certo, pois o Centro-Oeste tornou-se um celeiro de grãos do Brasil e o bioma Cerrado virou sinônimo de *commodities*.

Nesse sentido, a complementaridade aos dispositivos legais se fez necessária, assim como a criação de um instrumento jurídico fundamental ao trabalho de conservação, como é o caso da Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Como apontam Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2012, p. 45), o SNUC “[...] é fruto de um trabalho de mais de duas décadas, pois data de 1979 sua primeira proposta, e só em 1992 foi enviada uma versão ao Congresso Nacional”. Isso demonstra que há uma preocupação em proteger as áreas naturais. Anteriormente ao SNUC, o primeiro Código Florestal Brasileiro (Decreto nº 23.793, de 1934) não trazia tais questões de forma tão clara e evidente como o fez o segundo Código Florestal Brasileiro, de 1965, que enfatiza a proteção de áreas de ecossistemas de grande valor estético e cultural.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação representa, assim, um avanço como instrumento que visa a proteção da biodiversidade, bem como de ecossistemas com espécies ameaçadas. Para cumprir esse objetivo, o SNUC divide as respectivas áreas, conforme mostra a **Tabela 1**.

O que distingue uma categoria da outra é a restrição em sua visitação e/ou utilização. Essas áreas de conservação ambiental espalhadas por todos os biomas brasileiros possibilitaram, entre outros avanços, como mostram Bensusan (2018) e Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2012), a criação de conselhos gestores para as unidades de conservação, a criação da figura do Mosaico de Unidades de conservação além da exigência do plano de manejo a fim de orientar a gestão dessas áreas. Segundo Assis, Faria e Bayer (2021, p. 2), essas “[...] diferentes categorias, quando bem geridas, viabilizam o planejamento, o controle e a organização do território, visto que são competentes para a preservação e conservação dos ecossistemas”. Esse instrumento de gestão territorial que visa a conservação ambiental, além da proteção da biodiversidade em seus âmbitos federal, estadual e municipal, fez com que se buscassem ações concretas a serem realizadas para a gestão das UC que, por conseguinte, devem compreender, também, ações que visem gerenciar conflitos.

Tabela 1: Grupo e categorias das Unidades de Conservação

Proteção integral	Uso sustentável
São aquelas Unidades de Conservação que têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a, o quanto possível, da interferência humana; nelas, como regra, só se admite o uso indireto dos recursos naturais, isto é, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição, com exceção dos casos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).	São aquelas Unidades de Conservação cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Elas visam a conciliar a exploração do ambiente com a garantia de perenidade dos recursos naturais renováveis, considerando os processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.
Categorias: Estação Ecológica (Esec), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (Revis).	Categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Fauna (Refau), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Fonte: ICMBio (2020).

Além do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, surgiram outras ferramentas para ajudar na gestão de áreas protegidas, como: Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002), Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica brasileira – Probio (Decreto nº 5.092, de maio de 2004), Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto nº 5.758/2006) e Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007) (ICMBIO, 2022), para citar apenas mais um arcabouço legal que assegura ou deveria salvaguardar a biodiversidade.

É imperativo lembrar também, como apontam Coelho, Cunha e Monteiro (2012, p. 67), que as “Unidades de Conservação não dizem respeito apenas à proteção de ecossistemas ameaçados pela ação humana ou pela expansão do capitalismo”, mas também devem se referir aos agentes envolvidos ou que deveriam ser envolvidos, como as chamadas populações e/ou povos tradicionais ou a população considerada não tradicional do entorno. Vale ressaltar que a definição de população tradicional foi um dos pontos vetados no projeto aprovado em 2000, como aponta Bensusan (2018).

A população humana local poderia ser incluída no processo de construção e idealização das UCs, para assim pensar como esta conseguirá se aproveitar da contribuição do ecoturismo oportuniza em relação à economia, pois como aponta Souza *et al.* (2017, p. 9):

Em 2015, as UC federais receberam mais de 8 milhões de visitas. Os visitantes gastaram R\$ 1,1 bilhão nos municípios de acesso às UC. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de 43 mil empregos, R\$ 1 bilhão em renda, R\$ 1,5 bilhão em valor agregado e R\$ 4,1 milhões em vendas. O Setor de hospedagem registrou a maior contribuição direta, com R\$ 267 milhões em vendas diretas, seguido pelo setor de alimentação com R\$ 241 milhões.

Portanto, é importante lembrar que as Unidades de Conservação não devem ser vistas apenas como instrumentos de proteção ambiental, mas também como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico sustentável da região. O ecoturismo pode ser uma das principais atividades econômicas geradas pelas UCs, e é essencial que a população humana local seja incluída no processo de construção e idealização dessas unidades. A contribuição do ecoturismo para a economia nacional é significativa, gerando empregos, renda e valor agregado, principalmente nos setores de hospedagem e alimentação. Dessa forma, é fundamental que as UCs sejam pensadas de forma integrada com as comunidades locais, para que todos possam se beneficiar do seu potencial econômico e ambiental.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, a primeira etapa foi selecionar bibliografia específica para o diálogo acerca da contribuição do ecoturismo em Unidades de Conservação, bem como os *sites* oficiais do Governo Brasileiro e do Estado de Goiás, para a coleta de dados secundários, quais sejam: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO); Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav); Variáveis Ambientais para

Modelagem de Distribuições de Espécies (Ambdata); Sistema Estadual de Geoinformação (Sieg/GO) e Ministério do Meio Ambiente.

A segunda etapa da pesquisa foi a elaboração dos produtos cartográficos, por meio do *software* QGIS 3.16.7. Além dos dados vetoriais, também foram utilizadas informações *raster* para apresentação do uso e ocupação, principalmente, do Oeste Baiano, que faz limite com o Estado de Goiás e o Parque Estadual Terra Ronca (GO), sendo a imagem *raster* obtida no *Google Earth* em 10/02/2022.

A terceira etapa foi examinar e organizar os registros fotográficos, que foram feitos do PETeR durante as análises exploratórias, realizadas entre 2018 e 2019, períodos distintos do ano, bem como hospedagens em lugares diferentes, com o objetivo de observar as infraestruturas para os turistas. Além de visitar as áreas das cavernas Terra Ronca I e Angélica, abertas para visitação de acordo com a emergência, prevista na Portaria n  0222/2012 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH), buscou-se analisar a infraestrutura de acesso aos locais, a capacita o dos condutores e aspectos relacionados   segurança.

Os resultados apresentados acerca das contribui es econ micas do ecoturismo em Unidades de Conserva o, obtidos por meio do monitoramento de alguns parques nacionais (uma das UCs) foram obtidos por meio da estimativa de impactos econômicos, que incluem apenas visitantes não locais, e para isto se usou a métrica apontada por Souza *et al.* (2017, p. 10), como:

1. As vendas são negócios dentro da região para os visitantes; 2. Os empregos correspondem ao número de postos de trabalho gerados e mantidos pelas despesas turísticas. Os efeitos consideram emprego em tempo integral, tempo parcial e/ou sazonais;
3. A remunera o refere-se ao rendimento do proprietário e aos salários dos funcionários e
4. O valor agregado mede a contribui o das despesas dos visitantes para o Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia regional. O valor agregado   igual a diferença entre o valor de venda e o custo de produ o do produto.

Nesse sentido, com base no que Souza *et al.* (2017) aponta a cavernas abertas para o turistas no Parque Estadual Terra Ronca (GO) podem por meio do ecoturismo agregar valor em rela o a gera o de renda dos locais, principalmente quando se fala em uma Unidades de Conserva o que se está inserida na região com menor PIB per capita que   a região do Nordeste Goiano.

4.  rea de estudo

O Parque Estadual Terra Ronca (GO) – PETeR de Prote o de Integral (**Figura 1**) foi criado pela Lei Estadual n 10.879/1989 e situa-se totalmente no bioma Cerrado, possuindo diversas fitofisionomias (WALTER; CARVALHO; RIBEIRO, 2008) desse Bioma, entre elas: Cerrado Rupestre, Mata Seca, Mata Ciliar e Veredas. Com aproximadamente 57.000 ha (SEMAD, 2021), sua delimita o foi marcada pelo Decreto n  4.700, de 21 de agosto de 1996, situando-se na região Nordeste do Estado de Goiás. O PETeR também possui um dos mais importantes conjuntos espeleológicos da América do Sul (SEMAD, 2021).

Dentre as cavernas que estão no Parque Estadual, Terra Ronca I (**Figura 2**)   a que apresenta a melhor infraestrutura, sendo a que mais aparece em postagens nas redes sociais, bem como em reportagens e *sites* de viajantes, e, conforme Delphin (2010), possui uma beleza ímpar:

[...] as paredes externas são mais ou menos planas e a boca tem a forma aproximada de um arco pleno, semelhante a um gigantesco arco do triunfo. Mesmo não sendo o mais alto pórtico de entrada de cavidade subterrânea no Brasil (o pórtico dos Brej es na Bahia tem 106 m de altura), seus 90 m de altura impressionam o visitante. (DELPHIN, 2010, p. 176).

As cavernas presentes no Parque são de origem calcária, pertencentes ao Grupo Bambuí, Forma o Lagoa do Jacaré, conhecido também como relevo cárstico. Tal morfologia   empregada para designar áreas calcárias - CaCO₃ e - e dolomíticas – CaMg(CO₃)₂ –, que possuem uma dissolu o das respectivas rochas como aponta Carvalho Júnior *et al.* (2008).

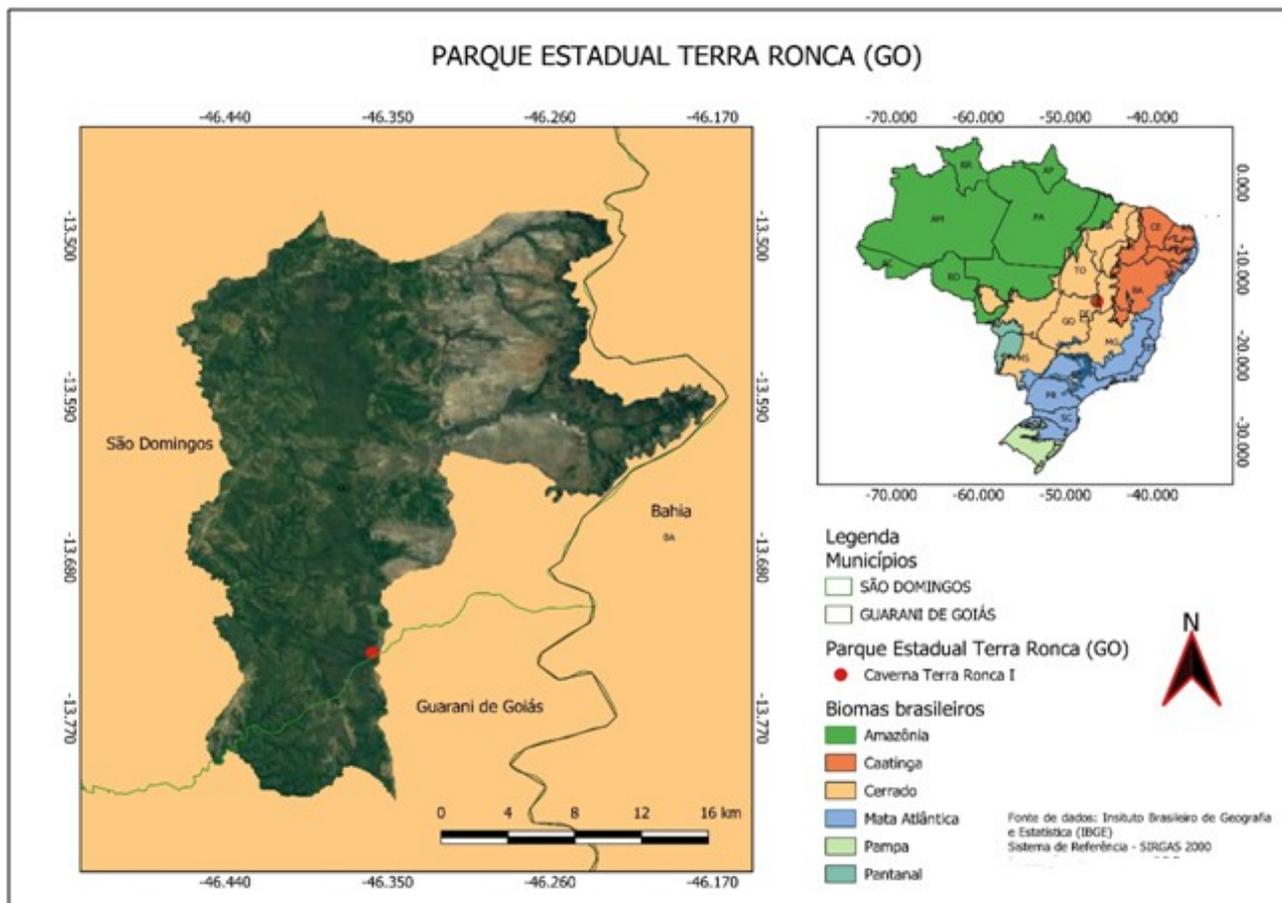


Figura 1: Parque Estadual Terra Ronca – Goiás, Brasil – PETeR. Elaboração. Aguiar, 2022.

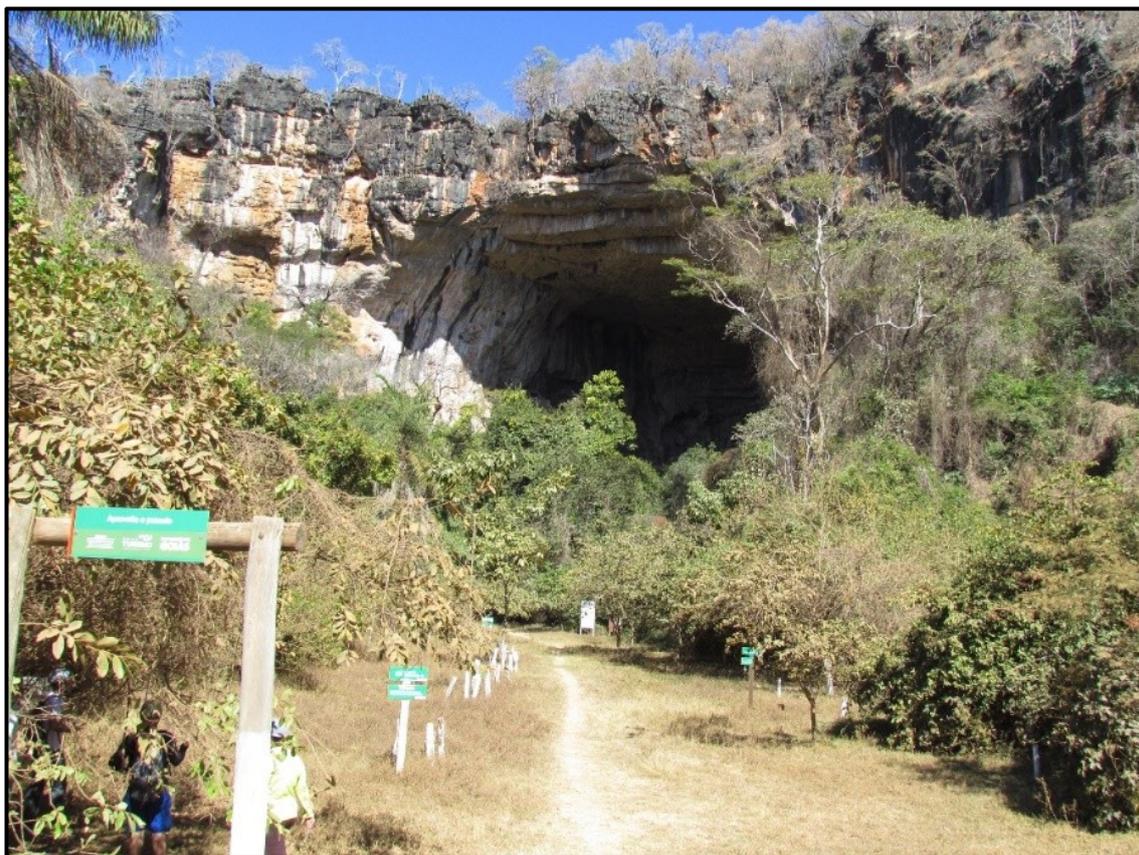


Figura 2: Caverna Terra Ronca I Parque Estadual Terra Ronca – município de São Domingos (GO). Foto: Aguiar, 2019.

As formas características do modelado cárstico, além das cavernas, são:

- a) Lapiés (ou lapiaz) – correspondem às caneluras ou sulcos superficiais nas rochas calcárias. Elas podem estar recobertas por uma camada de solo (a “*terra rossa*”) ou aflorarem a céu aberto.
- b) Dolinas – são depressões de forma oval, com contornos sinuosos, mas não angulosos. O bordo da dolina geralmente apresenta declividades acentuadas e a rocha aflora. O fundo das mesmas pode estar recoberto por uma camada argilosa de descalcificação, de cor avermelhada, que recebe o nome de *terra rossa*.
- c) Poljé – nos idiomas eslavos esse vocábulo refere-se aos campos, mas no vocabulário científico é utilizado para designar uma planície cárstica. A contínua dissolução dos calcários pelas águas pode originar uma plataforma através do processo abrasivo de dissolução, em função dos níveis de base locais.
- d) Cones cársticos – correspondem às protuberâncias cônicas ou aos pontões que caracterizam o modelado cárstico nos trópicos úmidos, pontilhando as planícies que se desenvolvem por causa da acumulação de detritos.
- e) Cavernas – constitui um traço comum em todas as áreas cársticas. A água penetra no calcário através das fraturas e depressões e, se ainda contém dióxido de carbono em quantidade, vai dissolvendo a rocha em sua percolação. (CHRISTOFOLETTI 1980, p. 154-155).

A beleza cênica do Parque é um atrativo por si só, com uma paisagem de geoformas diversas, ambientes com aparência alienígena e uma biodiversidade pouco alterada. A região também é conhecida por suas belas, cachoeiras e rios de águas cristalinas, o que faz desse ambiente um produto ecoturístico de grande apelo imagético. Esses aspectos contribuem não apenas para o desenvolvimento econômico da região, mas também para a conscientização da importância da preservação ambiental. É importante ressaltar que o ecoturismo deve ser praticado de forma responsável e sustentável, respeitando os limites da natureza e valorizando as comunidades locais. Com uma gestão eficiente, as Unidades de Conservação podem se tornar verdadeiros modelos de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação da biodiversidade e para o bem-estar das populações humanas.

5. Resultados e discussões

A preocupação com a biodiversidade, no Brasil, é apresentada, inicialmente, de forma mais clara a partir dos Códigos Florestais de 1934 e 1965, e com outras legislações que asseguravam a conservação ambiental em determinadas áreas. Ao longo dos anos 1980, principalmente devido à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo (Suécia), em 1972, observou-se um aumento da preocupação com a questão ambiental. Muitas conferências foram realizadas com foco na proteção e conservação, contudo, as propostas que surgiam desses encontros muitas vezes não repercutiam de forma concreta. Monteiro (1981, p. 19) aponta que “[...] cerca de mil delegados de 122 nações, produziram 12.000 páginas de documentos condensados posteriormente em quinhentas. Todo este esforço para, ao seu final, atingir meras ‘recomendações’”.

A Conferência de Estocolmo (1972) pode ser vista como um marco, o momento em que surge, de forma mais sistematizada, um discurso ambiental global. O pensamento conservacionista advindo desse encontro ecoou em muitos outros, acentuando cada vez mais um universo dividido entre os países centrais e os periféricos, cujos pontos de vistas sobre a questão ambiental são conflitantes. Não obstante, os discursos se mostram deslocados de uma análise escalar, cujas recomendações não revelam um alinhamento com as políticas nacionais, estaduais e municipais dos países participantes. Nesse sentido, os discursos ambientais pecam com maestria, pois não compreendem o sentido “[...] da expressão “construção social da(s) escala(s)”” (SOUZA, 2021, p. 192). Essa compreensão vai além de um recorte espacial, pois apresenta outra visão importante da análise escalar, mostrando a maneira que as forças efetivas, sociais, econômicas e políticas atuam. Deve-se, então, refletir sobre as conexões entre as escalas e sua eficácia política.

Concomitantemente ao crescimento do discurso ambiental está o crescimento da área cultivada no Brasil para grãos, que, a partir da década de 1970, encontrou no Cerrado o ambiente “favorável” à sua prática, com clima e relevo adequados e solo com aporte técnico, por meio das correções químicas, sendo um dos mais produtivos do Brasil. Nesse contexto, houve a expansão de áreas reforçadas ou incentivadas por políticas específicas para o Cerrado, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER) além do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO) como fomento econômico para a região.

O Polocentro é considerado por Bolfe, Sano e Campos (2020, p. 67-68) “[...] o mais importante programa de desenvolvimento regional do Centro-Oeste (1975-1984). Criado no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), objetivo geral do programa foi criar condições para a expansão da fronteira agrícola [...]”. O Prodecer, negociado pelo presidente Ernesto Geisel, visava concretizar os princípios do Polocentro de ocupação do Cerrado em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (BOLFE; SANO; CAMPOS, op. Cit.). Tais políticas apontam, no mínimo, para uma contradição acerca da conservação ambiental no Brasil, visto que, uma vez incentivada a expansão da fronteira agrícola, sem os devidos cuidados com o ambiente promove-se, em médio e longo prazo, a degradação ambiental e, por conseguinte, a extinção de fitofisionomias do bioma Cerrado, por exemplo.

Somada à política que se inicia na década de 1970, voltada à expansão agrícola, com isenção fiscal para produção de *commodities*, acrescenta-se, como aponta Souza (2019, p. 182), em alguns casos, problemas em relação aos estudos técnicos ambientais, pois o “estudo de impactos ambientais, mesmo quando não é escandalosamente tendencioso, porque atrelado promiscuamente aos interesses do promotor das atividades geradoras dos impactos, muito frequentemente desempenha uma função ideológica ao despolitizar os conflitos ambientais”. Nessa perspectiva, uma análise escalar onde as relações de poder considerem que as Unidades de Conservação (UCs) ficam à mercê de um desmantelamento de interesses que não é ambiental. Bensusan (2006) e Guerra e Coelho (2012) apontam pontos essenciais para o sucesso das UC, como possuir um plano de manejo adequado aos objetivos propostos pela Unidade de Conservação, quantitativo suficiente de profissionais, a fim de garantir a manutenção dessas áreas, fazer uma delimitação adequada para salvaguardar os seres vivos (vegetal e animal), entre outros pontos.

Nesse contexto Eler (2018), na reportagem sobre a escalada vertiginosa da expansão agrícola no Cerrado, apresenta a fala do pesquisador da Universidade Federal de Goiás (LAPIG-UFG), Laerte Guimarães Ferreira, afirmando “[...] que quase 50% da cobertura vegetal do cerrado deu lugar às plantações nos últimos 40 anos. A soja representa, atualmente, 90% de todos os cultivos das savanas brasileiras”. A expansão agrícola no cerrado brasileiro acaba por acrescentar à paisagem desse bioma uma somatória de figuras geométricas, como mostrado na **Figura 3**.



Figura 3: Expansão de monoculturas em direção a área do Parque Estadual Terra Ronca (GO). Fonte: Google Earth, 2022.

Na **Figura 3** é possível visualizar a atividade de monocultura no Estado da Bahia (Oeste Baiano) avançando em direção ao PETeR, o que se torna mais um fator de aumento da vulnerabilidade da área em questão, pois “[...] a retirada constante de nutrientes pelas plantas cultivadas, e a erosão nas áreas mais declivosas podem reduzir a disponibilidade de nutrientes” (MMA, 2020, p. 112). As áreas onde estão as

figuras geométricas que indicam plantações são as que possuem maior índice de vulnerabilidade social, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2020, p. 155), tanto no território Baiano quanto no Goiano. O Nordeste Goiano ainda é a região menos desenvolvida do Estado de Goiás (**Tabela 1**), mesmo havendo ali grandes monoculturas, cuja manutenção e expansão estão pautadas no discurso de desenvolvimento regional. Mesmo diante de um “[...] incentivo fiscal de 98% sobre o ICMS, previsto no decreto 8.284/2014 para as empresas que se instalem em municípios do Nordeste goiano, ainda não foi suficiente para atrair investimentos para a região” (O POPULAR, 2019).

Tabela 1 Regiões menos desenvolvidas no Estado de Goiás.

Região	PIB em 2015 (R\$)	PIB per capita em 2017 (R\$)	Arrecadação ICMS em 2017 (R\$)	Exportação em 2017 (R\$)
Nordeste	2,383 bilhões	12.817	34,261 milhões	478,4 mil
Noroeste	2,626 bilhões	17.786	43,649 milhões	74,3 milhões
Oeste	7,658 bilhões	21.718	142,8 milhões	437,2 milhões
Norte	7,855 bilhões	24.514	156,5 milhões	847,3 milhões

Fonte: O Popular (Dados Região de Planejamento/IMB), adaptado.

Diante de números tão incipientes, a atividade da monocultura possui um discurso economicista e desenvolvimentista e ainda propaga a ideia de terras “ociosas” para que as utilizem para expansão agrícola, sendo essa ideia falaciosa. Com esse discurso, o avanço se concretiza a ponto de o único empecilho para a degradação total do bioma cerrado ser o amparo legal. Nesse espaço em foco, a resistência se materializa na Unidade de Conservação, o Parque Estadual Terra Ronca (GO).

Nicholls (2012) afirma que a linguagem da conservação está mudando, que a proteção e a conservação da biodiversidade não estão mais ligadas somente a questões éticas e morais, mas também devem ser olhadas sob o prisma da economia. A sua utilização para geração de renda e, ao mesmo tempo, para proporcionar a conservação ambiental, faz com que o ecoturismo seja um bom negócio a ser desenvolvido nas unidades de conservação. Estudos sobre a utilização desta para as atividades do turismo já são feitos por meio do método de Geração de Dinheiro (MGM2), como apontam Souza *et al.* (2015, p. 3), para quem “[...] a cada R\$ 1,00 investido no sistema de UC produziu R\$ 7,00 em benefícios econômicos”. Dessa forma, a utilização de áreas protegidas para geração de renda é uma realidade, e não mais uma ideia.

Algumas UCs conseguem auferir o número de visitantes e, por conseguinte, apresentar números como os de 2018, que mostram que “[...] foram quase 12,4 milhões de visitas em UC geraram um gasto de cerca de R\$2,4 bilhões nos municípios de acesso às unidades. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 90 mil empregos; R\$2,7 bilhões em renda” (ICMBIO, 2020 *apud* SOUZA; SIMÕES, 2018). Vale ressaltar que esses valores não se referem a todas as UC, e sim aquelas que possuem uma infraestrutura para quantificar os visitantes, como mostra a **Figura 4**.

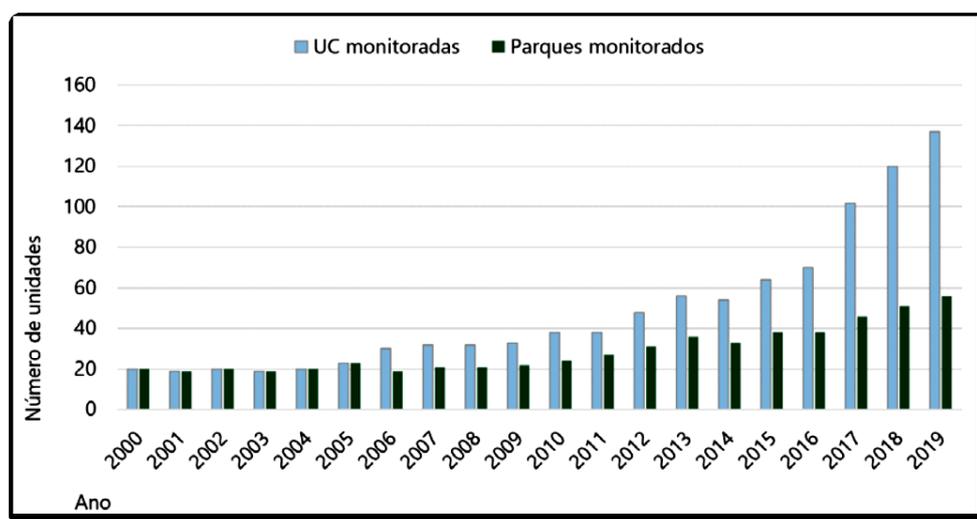


Figura 4: Evolução do monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais e Parques Nacionais do Brasil de 2000 a 2019. Fonte: ICMBIO (2020).

A **Figura 4** compara o monitoramento de todas as Unidades de Conservação com uma em específica, os Parques Nacionais, e, mediante a análise do gráfico explicitado, pode-se perceber que os Parques são responsáveis por grande parte do monitoramento das UCs, o que leva a inferir que esses possuem relevância singular pelo apelo ecoturístico que se veicula pela mídia. Vale ressaltar que os dados são em relação às Unidades de Conservação Federais, havendo um potencial real de crescimento nos valores gerados pelos visitantes às UCs se consideradas as estaduais e municipais.

Dos números apontados na **Figura 4**, as UC no Estado de Goiás, monitoradas, são responsáveis por um total de visitantes de 751.074, de 2000 a 2020, como aponta os dados da **Tabela 2**.

Tabela 2: Número de visitantes nas UC monitoradas no estado de Goiás.

Nome da UC	2000 -2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
PARNA da Chapa dos Veadeiros	371.057	63.933	62.477	73.903	79.347	37.983	688.700
PARNA das Emas	20.595	2.316	651	2.242	3.242	303	29.349
FLONA de Silvânia	11.348	1.589	1.371	2.665	3.392	607	20.972
APA das Nascentes do Rio Vermelho			5.000	1.882		2.000	8.882
RESEX Lago do Cedro				2.871			2.871
APA Meandros do Araguaia				300			300
Total	403.000	67.838	69.499	83.863	85.981	40.893	751.074

Fonte: ICMBIO (2020). Elaborado pelo Aguiar (2022).

O monitoramento de visitantes das UCs estaduais e municipais é de fundamental importância para que se possa quantificar o número de visitantes e, logo, estimar os ganhos econômicos oriundos das visitas. A repercussão desse monitoramento vai além da receita gerada: também podem ser auferidos os ganhos socioeconômicos por meio do fluxo de migração dessas áreas, uma vez que se pretende, com o ecoturismo nas UC, encorajar o investimento da população local em empreendimentos como restaurantes, meios de hospedagem, agências de turismo, entre outros, e fazer com que a “fuga” da população local diminua.

Nesse sentido, é imprescindível envolver a população local na tomada de decisões e promover a sua inclusão nos empreendimentos, por meio de programas de qualificação e capacitação, de modo que essas pessoas não sejam alocadas somente em trabalhos que exigem pouca qualificação e, conseqüentemente, são mal remunerados.

O Parque Estadual Terra Ronca (GO) é um exemplo de como os entraves nas gestões municipal e estadual acarretam dificuldades não só no que se refere às questões ambientais, mas também no desenvolvimento da região. Com relação ao turismo, não há uma organização de forma institucional, por meio de cadernos de visitas do Parque, centrais de informações e venda de ingresso para a visita, ficando exclusivamente a cargo das empresas de turismo, dos condutores e dos donos de hospedagens nos municípios fornecerem as informações necessárias para que se possa ter alguns dados e, assim, elaborar uma estimativa. A ausência dos órgãos responsáveis na área faz com que esses dados, quando existentes, sejam gerados sem uma metodologia que os tornem mais do que apenas conjecturas. Por outro lado, o PETeR possui um monitoramento da biodiversidade realizado pelo Programa de Monitoramento e Promoção da Biodiversidade das Unidades de Conservação Goianas (Promobio), demonstrando os resultados do acompanhamento “[...] que as unidades de conservação estão cumprindo os objetivos estabelecidos pelos sistemas nacional e estadual de unidades de conservação, definidos na Lei nº 9.985/2000 e Lei 14.247/2002” (SEMAD, 2020).

A iniciativa de observação da biodiversidade auxilia e converge com a ideia de utilizar as UC como atrativo ecoturístico, que, por sua vez, incentiva a conservação ambiental, já que o PETeR pertence ao grupo de proteção integral, que tem no turismo uma possibilidade de uso. No Parque Estadual Terra Ronca (GO) “[...] foram instaladas armadilhas entre abril e agosto de 2015; fevereiro a junho de 2017. Até o momento já foram registradas um total de 269 ocorrências, representando 17 espécies de mamíferos de médio e grande portes. Dessas, três espécies constam na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção do MMA” (SEMAD, 2021)

Em relação à atividade ecoturística, o cuidado deve ser redobrado, pois se pretende, com essa ação, gerar receita com a utilização das UC, como apresentado neste trabalho, bem como o exemplo apresentado na

Tabela 3, além de auxiliar na conservação ambiental. Sem embargo, com o discurso ambiental apregoado pela *mass media*, a procura por espaços que não tenham sido tão antropofizados cresceu, a ponto de o ecoturismo se tornar o segundo segmento que mais cresce no Brasil. Em uma sociedade cada vez mais espetacularizada (DEBORD, 1997), os objetivos de se visitar um ambiente natural (SOUZA, 2109) acabam sendo diferentes dos apregoados pelo ecoturismo e também aquela estabelecida pela Lei 9.985/2000 (SNUC), onde busca um uso sustentável, que por sua vez alicerça-se na integração com a Educação Ambiental que diverge diretamente com a sociedade humana apregoada por Debord (1997). A busca para que o ecoturismo não acabe se transmutando em um eco desse segmento faz com que este seja apenas uma imitação e se torna fundamental, principalmente aquele desenvolvido em UC.

Tabela 3: Contribuições Econômicas do Turismo por Unidade de Conservação do PARNA.

Unidade de Conservação	Visitação em 2015	Total Gastos Visitantes R\$	Total Vendas R\$	Total Remuneração R\$	Total Valor Agregado R\$	Total Emprego
PN da Tijuca	2,945,355	449.137.184,00	1.677.773.181,00	443.147.805,00	612.408.226,00	17,630
PN do Iguaçu	1,642,093	278.111.439,00	1.078.610.706,00	287.477.062,00	396.913.277,00	11,598
PN de Jericoacoara	780,000	55.203.720,00	175.488.662,00	46.034.984,00	63.677.968,00	1,864
PN de Brasília	294,682	49.908.522,00	193.562.216,00	51.589.231,00	71.228.121,00	2,081
PN da Serra dos Órgãos	217,372	36.814.991,00	142.781.052,00	38.054.765,00	52.541.380,00	1,535
PN da Chapa dos Veadeiros	56,629	4.007.961,00	12.740.702,00	3.342.199,00	4.623.102,00	135

Adaptado Souza *et al.* (2017).

Esses dados mostram que a visitação nessas Unidades de Conservação resultou em um total de gastos pelos visitantes de quase de R\$ 1 bilhão e contribuiu para a criação de mais de 35 mil empregos nessas localidades. Além disso, o turismo nessas áreas protegidas contribuiu para a geração de valor agregado, ou seja, para o aumento da renda e da produção de bens e serviços na economia.

No entanto, é importante destacar que a gestão dessas Unidades de Conservação deve ser bem planejada e executada para que os benefícios gerados pelo turismo sejam distribuídos de forma justa e equitativa entre a população local e para que a biodiversidade seja preservada. É preciso também que os visitantes sejam conscientizados sobre a importância da conservação dessas áreas para que possam desfrutar do turismo de forma responsável e sustentável.

Na preocupação com a busca de um verdadeiro “eco”, como aponta Rodrigues (2003, p. 43-44), alguns problemas envolvem a prática do ecoturismo no Brasil, a saber:

- Do ponto de vista quantitativo – há que se admitir que o ecoturismo é um segmento alternativo e seletivo, exigindo o respeito à restrição ao número de visitantes.
- Do ponto de vista qualitativo – oferta indiscriminada de produtos ecoturísticos, que usando indevidamente o prefixo eco comercializam qualquer tipo de visita.
- Do ponto de vista das comunidades receptoras – em muitos casos a população local é ludibriada e cooptada para participação de empreendimentos que trazem poucos benefícios para comunidade anfitriã.
- Do ponto de vista jurídico – muitos empreendimentos são absolutamente ilegais.
- Do ponto de vista ambiental – no sentido restrito, os problemas mais graves atualmente observados são a questão do lixo e a destinação dos efluentes orgânicos.

Os pontos apresentados por Rodrigues (2003) também são uma preocupação em relação às Unidades de Conservação, que sofrem ataques diretos sobre sua efetividade. O PETeR, que também experimenta a tensão da monocultura a avançar na região do Nordeste Goiano – que acaba sendo “encurralada” com o avanço da atividade agrícola intensiva no Oeste Baiano –, é elemento importante de resistência. Tavares *et al.* (2021, p. 2.229), ao realizarem um estudo sobre a vulnerabilidade ambiental do município de São Domingos (GO), afirmam que “[...] no que diz respeito à realização de atividades turísticas, tendo em vista a observação das vulnerabilidades do terreno, a perda de solos, é possível afirmar que isso consistiria em melhores condições de segurança”. Desse modo, o maior atrativo desse município, sem dúvida, é o grupo de cavernas, um dos maiores conjuntos espeleológicos das Américas.

O Parque Estadual Terra Ronca (GO) não possui um monitoramento em relação ao número de visitantes. Não há, nas entradas do Parque (**Figura 5**), uma portaria para averiguar se os visitantes estão com guias ou não, bem como determinar a quantidade de pessoas que ali adentram. Estes são pontos apresentados por Bensusan (2018) que devem ser o foco de todas as UC, principalmente aquelas que estão no limite das áreas de expansão agrícola, como é o caso do Parque Estadual Terra Ronca (GO). Em contrapartida, há nessa UC o monitoramento realizado pelo Promobio, cuja meta é tornar efetiva a prática de manejo nas Unidades de Conservação, com bons resultados, encontrando espécies que estão na lista de extinção do MMA e salvaguardadas no Parque, ou seja, entre os objetivos propostos pelas UC está a contribuição, a manutenção e a conservação da biodiversidade, e ele está sendo alcançado.



Figura 5: Entrada do Parque estadual Terra Ronca (GO). Foto. Aguiar, 2019.

A falta de monitoramento no PETeR não é caso isolado quando se refere às UCs estaduais e municipais. Ao longo da realização desta pesquisa, não foram encontrados *sites* ou qualquer outra base de dados nos quais seja possível encontrar números como os apontados nas UC federais. Dessa forma, do ponto de vista econômico, não há como apontar os efeitos econômicos da atividade ecoturística advindos da visita ao Parque, mas é possível afirmar que, do ponto de vista ambiental, ele consegue, minimamente, cumprir a função de conservação ambiental.

6. Considerações finais

O estudo realizado mostra que o ecoturismo, segmento de baixo impacto, gera receitas satisfatórias em UC Federais, o que impacta diretamente as populações locais. Vale lembrar que todos os dados referentes às receitas geradas por meio da visita das UC são de âmbito federal, visto que a falta de dados no nível estadual, neste caso, no Parque Estadual Terra Ronca – Goiás, não propiciou uma análise do ponto de vista econômico a partir da atividade ecoturística.

Diante da falta de dados para a área de estudo, a solução foi buscar outros exemplos, que foram encontrados em escala federal. Ressalta-se que o que pode contribuir para a dificuldade de monitoramento do PETeR relaciona-se à questão fundiária que, até a data de 20/05/2021, não fora regularizada, conforme apontam o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual de Goiás na reportagem da Unidade de Conservação do Brasil (2021). Contudo, foi possível perceber, por meio do recorte espacial apresentado, que o Parque Estadual Terra Ronca (GO), situado no bioma Cerrado, que já encontra em 2º lugar em área desmatada, possui um importante papel para conter o avanço da monocultura, tanto no Estado de Goiás quanto no Oeste Baiano.

Além dos dados econômicos levantados das UC federais, também foram apresentados os ganhos em relação à biodiversidade promovidos pelo PETeR, conseguindo proteger espécies (fauna) que estão na lista extinção do MMA, como por exemplo *Pyrrhura pfrimeri* (Tiriba), de acordo com a Portaria do MMA N° 148, de Junho de 2022. Certo é que ainda há muitos problemas, como a falta de um plano de manejo, tendo apenas a Portaria n° 0222/2012, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de

Goiás (SEMARH) que orienta sobre a conduto dos turistas nas cavernas abertas para visitação. É certo, também, que a criação de gado bovino de forma extensiva contribui de forma negativa para conservação das espécies nativas locais, bem como influencia, de forma direta, na compactação do solo e, por conseguinte, atua no sentido de prejudicar as nascentes dos rios/rede hídrica que estão no PETeR.

Portanto, é fundamental que as autoridades competentes avaliem a situação e adotem medidas para a preservação do Parque Estadual de Terra Ronca. É necessário que sejam criados planos de manejo adequados que visem a proteção da fauna e flora, bem como a conscientização dos turistas para a preservação do ambiente. Além disso, é imprescindível que as práticas agropecuárias sejam revistas, de forma a minimizar os impactos ambientais e preservar a qualidade das nascentes dos rios e da rede hídrica. É preciso que haja um comprometimento conjunto entre a sociedade, os gestores públicos e os proprietários rurais para garantir a conservação do PETeR e a sua sustentabilidade a longo prazo.

Referências

- ASSIS, P. C; FARIA, K. M. S; BAYER, M. Unidade de Conservação e sua efetividade na proteção dos recursos hídricos na Bacia do Rio Araguaia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 34, e60335, 2022.
- AOUN, S. Paraíso à vista – os jardins do éden oferecidos pelo turismo. *In*: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-58.
- BARBOSA, Y. M. **O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Ed. Papirus, 2003.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Arte e Comunicação, 2018.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 5. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2001.
- BENSUAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- BOLFE, E. L.; SANO, E. E.; CAMPOS, S. K. (eds.). **Dinâmica agrícola no Cerrado: análises e projeções**. Brasília, DF: Embrapa, 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CARVALHO, G. L. **Ecoturismo nos cerrados goianos: do enfrentamento do discurso ao desafio da prática**. Goiânia: Observatório Geográfico de Goiás, [2015].
- CARVALHO JÚNIOR, O. A. de et al. Ambientes cársticos. *In*: FLORENZANO, T. G. (org.). **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. p. 185- 165.
- CASTRO JÚNIOR, E. de; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. *In*: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de Conservação: abordagem e características geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 25-65.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 1980.
- COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de Conservação: populações, recursos e território. Abordagem da Geografia e da Ecologia Política. *In*: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de Conservação: abordagem e características geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. p. 68-111.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELPHIN, C. F. M. Terra Ronca. **Revista UFG**, v. 12, n. 9, p. 169-183, 2010.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do turismo: conceito, normas e definições**. Campinas: Editora Alínea, 2002.

ELER, G. O avanço da soja no Cerrado Brasileiro, mapeado pela Nasa. Disponível em <https://super.abril.com.br/tecnologia/o-avanco-da-soja-no-cerrado-brasileiro-mapeado-pela-nasa/2018>. Acessado em 10 de janeiro de 2022.

FRIDGEN, J. **Dimensions of Tourism**. Michigan: Educational Institute of the American Hotel & motel Association, 1990.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e breve panorama histórico**. [S.l.]: ICMBIO, 2020.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Ed Aleph, 2001.

LENCIONI, S. Observações sobre conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 24, p. 109-123, 2008.

LOURENÇO, D. B. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

MARTINS, M. Brasil ganhará programa de revitalização para o Turismo. **Panrotas**, Mercado, 3 set. 2019. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/09brasil-ganhara-programa-de-revitalizacao-para-o-ecoturismo_167292.htm. Acesso em: 6 ago. 2020.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Reserva Extrativista de Recanto das Araras de Terra Ronca**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. A questão ambiental no Brasil 1960 – 1980. **IGEOG-USP Série Teses e Monografias**, São Paulo, nº42, 1981.

MONTEIRO, L. Incentivo fiscal não atrai empresas para Nordeste Goiano - O POPULAR Disponível em <https://opopular.com.br/noticias/economia/incentivo-fiscal-n%C3%A3o-atrai-empresas-para-nordeste-goiano/2019>. acessado 11/01/2022.

MPF e MP-GO recomendam à Semad prestação de contas de R\$ 6 milhões destinados ao Parque Estadual de Terra Ronca disponível em Unidades de Conservação no Brasil disponível - <https://uc.socioambiental.org/>) acessado em 02/11/2022.

NICHOLLS, H. The Conservation Business. *In: Ecotourism and Sustainable Tourism New Perspective and Studies*. **Jaime A. Seba Research Specialist**, Hospitality and Tourism Service.

PARQUE ESTADUAL DE TERRA RONCA – PETeR. **SEMAD** disponível em <https://www.meioambiente.gov.br/component/content/article/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva/2021> acessado em 18 de janeiro de 2022.

PAULA, L. Cerrado é campeão em produtividade na agricultura. **Safra**, 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://revistasafra.com.br/cerrado-e-campeao-em-productividadena-agricultura/>. Acesso em: 8 jan. 2018.

PORTARIA MMA Nº 148, DE 7 DE JUNHO DE 2022 disponível em https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2020/P_mma_148_2022_altera_anexos_P_mma_443_444_445_2014_atualiza_especies_ameaçadas_extincao.pdf acessado em 31/10/2022.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço** – turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

SEMAD. Programa que monitora a biodiversidade em Unidades de Conservação Goianas, já é realidade em seis parques estaduais. **SEMAD**, disponível em <https://www.meioambiente.go.gov.br/noticias/> 2020. Acessado em 15 de janeiro de 2022.

Relatório Anual de Desmatamento 2021- São Paulo, **Brasil**. MapBiomas, 2022 disponível em <http://alerta.mapbiomas.org>. Acessado em 30/10/2022.

RFI. Monocultura da soja destruiu mais de 30% do Cerrado Brasileiro entre 2004 e 2017, alerta WWF. **UOL Notícias**, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/01/13/monocultura-da-soja-destruiu-mais-de-30-do-cerrado-brasileiro-entre-2004-e-2017-alerta-wwf.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 7 jan. 2022.

RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SÁ, R. B. V. de. **A imagem do Brasil no Turismo**: construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002.

SAÚDE. **Os problemas de saúde que atingem as grandes cidades**. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/bem-estar/os-problemas-de-saude-que-atingem-as-grandes-cidades/><https://saude.abril.com.br/bem-estar/os-problemas-de-saude-que-atingem-as-grandes-cidades/>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

SEABRA, G. F. **Ecos do turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papyrus, 2001.
SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e território**: uma introdução à ecologia política. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. de; IMORI, D. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira** - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015. Brasília: ICMBio, 2015.

SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira** - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília, 2018.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. v.5. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, L. G. G. **A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo**. São Paulo: Papyrus, 1998.

WALTER, B. M. T.; CARVALHO, A. M. de; RIBEIRO, J. F. O conceito de Savana e de seu componente Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de; RIBEIRO, J. F. **Embrapa Cerrados**. v. 2. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 21-45.



Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual (CC BY-NC-SA)*.